

## Estado reajusta taxa pelo uso da água das Bacias do PCJ

O reajuste era esperado desde abril, quando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos autorizou o aumento de 8,7% para ser aplicado sob o uso da água nos anos de 2014, 2015 e 2016

Foto: Elcio Alves/AAN



Rio Camanducaia, em Jaguariúna, alvo de atual medida de restrição para captação em meio à estiagem: decreto estadual amplia a taxa de compensação por uso particular da água

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) reajustou na última terça-feira (18) os preços da cobrança pelo uso da água nos rios de domínio do Estado das Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá.

O reajuste era esperado desde abril, quando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos autorizou o aumento de 8,7% para ser aplicado sob o uso da água nos anos de 2014, 2015 e 2016.

O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado. A cobrança não atinge o consumidor. Ela é feita para os usuários, ou seja, para quem tira água direto no rio, caso das empresas de

abastecimento, da indústria e agricultura que captam água nos rios de domínio no Estado, como é o caso do Capivari, do Jundiá e do Corumbataí.

Esses setores pagam pela captação desde 2006 e os recursos obtidos, junto com os pagamentos feitos pelos usuários dos rios de domínio federal, caso do Piracicaba, Jaguari e Atibaia, financiam projetos de proteção dos recursos hídricos, de redução de perdas, de aumento de produção de água.

A Companhia de Saneamento Básico do Estado (Sabesp) é a maior pagadora — a empresa, que enfrenta crise financeira por causa da crise hídrica (redução de consumo e aumento dos custos de tratamento da água) pagou no ano passado R\$ 3,3 milhões, quase 24% total recebido pela Agência PCJ.

De acordo com o decreto publicado na terça, até 31 de dezembro, os usuários pagarão R\$ 0,0118 por m<sup>3</sup> de água captado, extraído ou derivado.

A partir de 1º de janeiro, o valor sobe para R\$ 0,012. O decreto define a cobrança também para água consumida e lançamentos de cargas de demanda bioquímica de oxigênio.

As agências de Bacias PCJ são os órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos arrecadados, que são aplicados de acordo com as deliberações dos Comitês de Bacias. A cobrança aplica-se à captação, ao consumo e ao lançamento dos recursos hídricos. Os recursos arrecadados são utilizados para investimentos em melhorias para as bacias.

Anualmente são deliberados recursos para projetos relacionados à recuperação da qualidade dos corpos d'água, promoção do uso racional dos recursos hídricos e outras ações pertinentes previstas nos Planos de Bacias vigentes.

Projetos que somam pedidos de financiamento de R\$ 76,9 milhões para 24 obras e serviços de recuperação dos recursos hídricos como tratamento de esgoto, reflorestamento ciliar e educação ambiental, foram pré-selecionados pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) para receber repasses de recursos da cobrança pelo uso da água e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) em 2015.

O valor é 20,7% maior que o aprovado em 2014. Dois dos projetos selecionados, no total de R\$ 4,6 milhões, são da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa).

## **Demanda**

Este ano, os municípios das Bacias PCJ apresentaram demanda de R\$ 109,6 milhões em 39 projetos, dos quais 15 foram indeferidos. Campinas está pedindo verbas dos comitês para implantar setorização com controle de pressão e reabilitação da infraestrutura com substituição de redes e ligações de água nos bairros Vila Modesto e Jardim Afife.

Dos projetos selecionados, R\$ 639,9 mil são para propostas de formação de base de dados, cadastros, estudos e levantamentos; R\$ 44,9 milhões para recuperação da qualidade dos corpos d'água e R\$ 31,3 milhões para promoção do uso racional dos recursos hídricos.